



CARVALHO, Mariana; MASSARDI, Sabrina; MIRANDA, Marcus V.;
PALMA, Ariane; QUEIROZ, Vanessa
CONDÉ, Patrícia - Orientadora

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo estudar e analisar a concepção e inclusão das crianças com necessidades especiais nos currículos de ensino. Ressalta-se a necessidade de se questionar se os currículos escolares elaborados para o Ensino Fundamental promovem a inclusão dessas crianças, como se encontra discriminada a metodologia a ser utilizada na escola pelo professor para expor o conteúdo didático em sala de aula, as atividades que serão realizadas pelos alunos e as avaliações necessárias para esse processo de ensino.

O intuito primordial desse documento escolar é garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, aprendam os conteúdos considerados necessários para a conclusão do ensino básico. Considerando-se que a elaboração do currículo varia de instituição para instituição, de acordo com as práticas utilizadas pelos profissionais da escola, existe a necessidade de uma boa formação pedagógica para que o professor consiga lidar com a realidade da inclusão e inseri-la no currículo.

Por outro lado, deve haver a interação e contribuição da instituição com materiais didáticos e pedagógicos que auxiliem, com eficiência, o profissional a lidar com a situação. Muitos docentes se sentem inseguros ao ministrar aulas para um aluno com necessidades especiais, questionando-se sobre o que é necessário para que este aluno esteja realmente incluído no processo ensino aprendizagem. São muitos questionamentos que surgem como, por exemplo, se a instituição está apta a receber alunos com diagnóstico de necessidades especiais.

Tendo em vista as observações realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, nota-se certa dificuldade em seguir rigidamente o currículo, visto haver dúvidas sobre como a educação inclusiva será levada a termo de forma satisfatória. Percebe-se não ser possível utilizar a mesma forma de ensino para todas as crianças, devido às diferenças existentes na maneira que absorvem e racionalizam o conteúdo.

Diante disso, surge a necessidade de se questionar: Os currículos escolares visam à inclusão de crianças com necessidades especiais?

Este trabalho fez uso de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário a um profissional que leciona para uma criança com necessidades especiais em uma escola pública da cidade de Ubá, MG.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se que a educação inclusiva é de suma importância, tanto para os educadores quanto para os alunos. Entretanto, para que a inclusão aconteça de fato nas instituições de ensino, cabe destacar a importância do currículo escolar, ferramenta responsável pela concretização e desenvolvimento de ideias. Tendo em vista o fato de o currículo ter como objetivo nortear e mediar as ações a serem realizadas pelos professores, ao se deparar com situações atípicas, ele deve ser flexível, para viabilizar mudanças que se façam necessárias. Quando analisados os dados sobre a inclusão nas escolas, fica o questionamento sobre haver ou não de fato a inclusão presente nos currículos. De acordo com o Art.17 da Resolução CNE/CEB Nº2 (2001), todas as escolas devem ter um currículo adaptado, que dê acessibilidade e capacitação à educação, sejam elas públicas ou privadas.

A partir da estudo realizado em bibliografia publicada sobre o assunto, porém, nota-se que há controvérsias quanto à inclusão escolar estar amparada pelos currículos de ensino vigentes nas instituições.

De modo geral, os professores fazem uso do currículo oculto no planejamento e desenvolvimento de suas aulas, currículo este que ampara situações que não constam no currículo oficial disponibilizado pela instituição, de modo que alunos com necessidades especiais tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais. Isso envolve atividades diferenciadas que atendam às necessidades dos discentes, o que abrange uma gama de atitudes que incluam de fato o aluno na educação e também no meio escolar.

Para subsidiar esta pesquisa, foi elaborado e aplicado um questionário de natureza subjetiva, que buscou saber junto a uma professora do ensino fundamental sua opinião sobre a inclusão na escola pública em que leciona.

De acordo com a professora entrevistada, na teoria tudo é feito para que crianças especiais sintam-se bem vindas ao chegarem à escola, mas na prática é bem difícil isso acontecer, apesar de os professores fazerem de tudo para que eles não se sintam discriminados.

Para a professora, apenas a redução do número de alunos por turma não ajuda na inclusão; as crianças com necessidades especiais necessitam de uma pessoa que fique por conta delas, além de atividades diferenciadas para aqueles que apresentam laudo, atendendo assim, verdadeiramente, suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado em bibliografia publicada sobre o assunto, e também na pesquisa elaborada com a aplicação de questionário com professor do ensino fundamental que vivencia diariamente as salas de aula, apresenta-se uma conclusão definida para uma discussão, uma vez que foi possível perceber o quanto as crianças com necessidades especiais ainda hoje, com toda a discussão e ações que norteiam o assunto, apesar de na teoria terem amplamente atenção e dedicação nas escolas para que tenham suas necessidades bem atendidas e sejam assim inclusos no currículo escolar comum e no aprendizado, ainda na prática não é o que se observa de verdade, visto que estas sofrem recorrentemente com discriminações e são também prejudicadas pela sua não inclusão no currículo comum.

O estudo do tema permitiu relacionar matérias, estudos e conhecimentos adquiridos ao longo do semestre, fazendo unir a teoria com a prática em busca de fazer acontecer, ao contrário do que acontece e que foi possível observar ao longo de nosso estudo sobre o tema relacionado.

Nesse sentido, é possível concluir que somente a partir do momento em que se houverem mudanças efetivas no currículo escolar, que se adaptem aos alunos com necessidades especiais, e que estes possam ter o atendimento dedicado de um profissional durante todo o seu aprendizado, além de atividades diferenciadas que permitam sua integração com todo o restante da turma, somente assim poderá ocorrer de fato uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União)